

ROGÉRIO
SANCHES CUNHA

MANUAL DE

DIREITO PENAL

VOLUME ÚNICO

PARTE GERAL
(ARTS. 1º AO 120)

2020



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

8^a revista
edição atualizada
ampliada



www.editorajuspodivm.com.br

1166695

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfando_38@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C972m Cunha, Rogério Sanches.

Manual de direito penal: parte geral (arts. 1º ao 120) / Rogério Sanches Cunha. –

8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2020.

720 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3179-1.

1. Direito penal. 2. Parte geral. I. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SÚMARIO

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

► *Capítulo I*

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	33
1. Definição.....	33
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.....	35
3. Funcionalismo.....	36
4. Categorias do Direito Penal	37
5. “Privatização” do Direito Penal.....	43
6. As velocidades do Direito Penal	45

► *Capítulo II*

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	47
1. Introdução.....	47
2. Vingança Penal	47
2.1. Vingança divina.....	47
2.2. Vingança privada.....	47
2.3. Vingança pública.....	48
3. Direito Penal na Grécia Antiga	49
4. Direito Penal em Roma	49
5. Direito Penal Germânico	50
6. Direito Penal na Idade Média	51
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo	52
8. Escolas Penais.....	54
8.1. A Escola Clássica	54
8.2. A Escola Positiva.....	55

8.3. A Escola Alemã	56
8.4. A Terza Scuola	56
9. A moderna doutrina penal.....	56
10. História do Direito Penal Brasileiro.....	60
▶ <i>Capítulo III</i>	
FONTES DO DIREITO PENAL.....	61
1. Introdução.....	61
2. Fonte material do Direito Penal.....	61
3. Fonte formal do Direito Penal	61
3.1. Fonte formal do Direito Penal à luz da doutrina moderna.....	62
4. Fonte informal do Direito Penal (costumes)	64
5. Características e classificação da lei penal.....	66
▶ <i>Capítulo IV</i>	
INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	69
1. Introdução.....	69
2. Interpretação extensiva.....	72
3. Interpretação analógica	73
4. Integração da lei penal (analogia)	74
▶ <i>Capítulo V</i>	
TEORIA GERAL DA NORMA PENAL	77
1. Princípios e sua relação com o Direito Penal	77
2. Princípios gerais do Direito Penal	78
2.1. Princípios relacionados com a missão fundamental do Direito Penal	79
2.1.1. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	79
2.1.2. Princípio da intervenção mínima	80
2.1.2.1 Princípio da insignificância (ou bagatela própria)	83
2.1.2.2 Princípio da bagatela imprópria	99
2.1.2.3 Princípio da adequação social.....	100
2.2. Princípios relacionados com o fato do agente	101
2.2.1. Princípio da exteriorização ou materialização do fato	101
2.2.2. Princípio da legalidade	102
2.2.2.1. Princípio da legalidade, tipo aberto e a norma penal em branco.....	109
2.2.3. Princípio da ofensividade ou lesividade.....	114

2.3.	Princípios relacionados com o agente do fato	117
2.3.1.	Princípio da responsabilidade pessoal.....	117
2.3.2.	Princípio da responsabilidade subjetiva.....	118
2.3.3.	Princípio da culpabilidade.....	118
2.3.4.	Princípio da igualdade	119
2.3.5.	Princípio da presunção de inocência (ou da não culpa).....	120
2.4.	Princípios relacionados com a pena.....	125
2.4.1.	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	125
2.4.2.	Princípio da individualização da pena	126
2.4.3.	Princípio da proporcionalidade.....	126
2.4.4.	Princípio da pessoalidade.....	126
2.4.5.	Princípio da vedação do “bis in idem”.....	127

► *Capítulo VI*

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	131
1. Introdução.....	131
2. Tempo do crime	131
3. Sucessão de leis no tempo.....	132
3.1. Sucessão de lei incriminadora	133
3.2. <i>Novatio legis in pejus</i>	133
3.3. <i>Abolitio criminis</i>	135
3.4. <i>Novatio legis in melius</i>	137
3.5. Princípio da continuidade normativo-típica	142
4. Lei temporária e lei excepcional.....	143
4.1. Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais.....	144
5. Lei penal no tempo: questões complementares.....	144
5.1. Retroatividade da jurisprudência.....	144
5.2. Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco	149
5.3. Lei intermediária.....	150

► *Capítulo VII*

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	153
1. Princípios aplicáveis e territorialidade	153
2. Lugar do crime.....	156
3. Extraterritorialidade.....	157
4. Pena cumprida no estrangeiro	161

▶ *Capítulo VIII*

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	163
1. Introdução.....	163
2. Imunidades diplomáticas	163
3. Imunidades parlamentares	165
3.1. Imunidade parlamentar absoluta (<i>freedom of speech</i>).....	165
3.2. Imunidade parlamentar relativa	167
3.2.1. Relativa ao foro	168
3.2.2. Relativa à prisão.....	170
3.2.3. Relativa ao processo	174
3.2.4. Relativa à condição de testemunha	175
3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sítio	176
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado	176
3.5. Imunidades dos deputados estaduais.....	176
3.6. Imunidades dos vereadores	180
3.7. Foro por prerrogativa de governadores.....	182
3.8. Foro por prerrogativa de membros do Ministério Público e da Magistratura.....	184
3.9. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri	186

▶ *Capítulo IX*

DISPOSIÇÕES FINAIS	187
1. Eficácia da sentença estrangeira	187
2. Contagem do prazo	189
3. Frações não computáveis da pena.....	189
4. Conflito aparente de normas.....	189
4.1. Especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>).....	191
4.2. Subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>).....	192
4.3. Consunção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	193

*Parte 2***TEORIA GERAL DO CRIME**▶ *Capítulo I*

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME	197
1. Introdução.....	197
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal	198

3.	Diferenças entre crime e contravenção penal.....	199
3.1.	Quanto à pena privativa de liberdade imposta.....	199
3.2.	Quanto à espécie de ação penal.....	199
3.3.	Quanto à admissibilidade da tentativa.....	200
3.4.	Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	200
3.5.	Quanto à competência para processar e julgar	200
3.6.	Quanto ao limite das penas.....	200
3.7.	Quanto ao período de prova do <i>sursis</i>	201
3.8.	Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	201
3.9.	Quanto à possibilidade de confisco	201
3.10.	Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	201
4.	Sujeitos do crime	202
4.1.	Sujeito ativo	202
4.2.	Vítima e Sujeito passivo	209
4.2.1.	Vítima	209
4.2.1.1.	Classificações de vítimas.....	211
4.2.1.2.	Vitimização	213
4.2.1.3.	Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária	215
4.2.2.	Sujeito passivo	216
5.	Objetos (material e jurídico) do crime material.....	218
6.	Classificação doutrinária de crimes.....	220
6.1.	Crime material, formal e de mera conduta	220
6.2.	Crime comum, próprio e de mão própria.....	221
6.3.	Crime doloso, culposo e preterdoloso.....	222
6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes	222
6.5.	Crime consumado e tentado	223
6.6.	Crime de dano e de perigo	223
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	223
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo	225
6.9.	Crime comissivo e omissivo.....	225
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	226
6.11.	Crime habitual	227
6.12.	Outras classificações	227
7.	Substratos do crime.....	238

▶ *Capítulo II*

FATO TÍPICO	239
1. Introdução.....	239
2. Conduta.....	239
2.1. Teoria Causalista	240
2.2. Teoria Neokantista	242
2.3. Teoria Finalista	245
2.4. Teoria social da ação.....	247
2.5. Teorias funcionalistas.....	248
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal.....	248
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistêmico ou Monista	249
2.6. Teoria da ação significativa	253
2.7. Características e elementos da conduta	253
2.8. Causas de exclusão da conduta	254
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior	254
2.8.2. Involuntariedade.....	255
2.8.3. Coação física irresistível (vis absoluta)	256
2.9. Formas de conduta	256
2.9.1. Quanto à voluntariedade do agente	256
2.9.1.1. Do crime doloso.....	256
2.9.1.2. Do crime culposos	262
2.9.1.3. Do crime preterdoloso	272
2.9.2. Erro de tipo.....	274
2.9.2.1. Erro de tipo x Erro de proibição	275
2.9.2.2. Erro de tipo: espécies	275
2.9.2.3. Erro de tipo: questões complementares.....	283
2.9.3. Quanto ao modo de execução.....	286
2.9.3.1. Crime comissivo.....	286
2.9.3.2. Crime omissivo	286
2.9.3.3. Crime de conduta mista.....	292
3. Resultado.....	293
4. Nexo causal.....	297
4.1. Conceito.....	297
4.2. Concausas	300
4.3. A teoria da imputação objetiva.....	304
4.3.1. Criação ou incremento de um risco proibido	306

4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	308
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	308
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	309
5.	Tipicidade penal.....	311
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	311
5.2.	Tipicidade conglobante.....	312
5.3.	Espécies de tipicidade formal.....	313
5.4.	Tipo penal: elementos.....	314
5.5.	Tipo penal: modalidades.....	316
▶ <i>Capítulo III</i>		
	ILICITUDE.....	319
1.	Conceito.....	319
2.	Relação entre tipicidade e ilicitude.....	321
3.	Causas excludentes da ilicitude (discriminantes ou justificantes).....	323
3.1.	Estado de necessidade.....	325
3.1.1.	Requisitos do estado de necessidade.....	326
3.1.2.	Estado de necessidade e erro na execução.....	331
3.2.	Legítima defesa.....	332
3.2.1.	Requisitos da legítima defesa.....	332
3.2.2.	Legítima defesa e erro na execução.....	338
3.3.	Estrito cumprimento de um dever legal.....	339
3.4.	Exercício regular de um direito.....	341
3.4.1.	A problemática dos “ofendículos”.....	342
3.5.	Consentimento do ofendido.....	343
3.6.	<i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista.....	345
4.	Excesso nas justificantes.....	348
5.	Discriminante putativa.....	350
▶ <i>Capítulo IV</i>		
	CULPABILIDADE.....	353
1.	Conceito.....	353
2.	Teorias da culpabilidade.....	355
2.1.	Teoria psicológica da culpabilidade.....	355
2.2.	Teoria psicológica normativa.....	356
2.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade (extremada e limitada).....	356

2.4. Teoria da coculpabilidade	357
3. A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato	358
4. Culpabilidade formal e material	359
5. Elementos da culpabilidade	359
5.1. Imputabilidade.....	359
5.1.1. Causas de inimputabilidade	361
5.1.2. A inimputabilidade do índio não integrado	369
5.1.3. A emoção e paixão	370
5.1.4. A constatação da inimputabilidade	370
5.2. Potencial consciência da ilicitude	370
5.2.1. Erro de proibição.....	371
5.2.1.1. Espécies de erro de proibição.....	374
5.2.1.2. Erro de proibição e erro de tipo	374
5.3. Exigibilidade de conduta.....	375
5.3.1. Coação irresistível	375
5.3.1.1. Requisitos da coação irresistível	375
5.3.2. Obediência hierárquica	377
5.3.2.1. Requisitos da obediência hierárquica.....	378
5.3.3. Dirimentos supralegais	379
5.4. Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade.....	382

► *Capítulo V*

PUNIBILIDADE	383
1. Conceito.....	383
2. Causas de extinção da punibilidade.....	384
2.1. Morte do agente.....	386
2.2. Anistia, graça e indulto.....	387
2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	389
2.3. “Abolitio criminis”	392
2.4. Decadência	392
2.5. Perempção.....	394
2.6. Prescrição	394
2.6.1. Conceito	394
2.6.2. Hipóteses de imprescritibilidade	395
2.6.3. Prescrição: fundamentos.....	396
2.6.4. Prescrição: espécies.....	396

2.6.4.1.	Prescrição da pretensão punitiva	397
2.6.4.2.	Prescrição da pretensão executória (PPE)	413
2.6.5.	Prescrição e atos infracionais.....	418
2.6.6.	A prescrição da pena de multa	418
2.6.7.	A redução dos prazos prescricionais (art. 115 do CP)	420
2.7.	Renúncia ao direito de agir	422
2.8.	Perdão (aceito) do ofendido.....	423
2.9.	Retratação do agressor.....	424
2.10.	Perdão judicial	425

► *Capítulo VI*

"ITER CRIMINIS"	429
1. Introdução.....	429
2. Fases do crime	429
2.1. Cogitação	429
2.2. Atos preparatórios	430
2.3. Atos executórios	430
2.4. Consumação	432
3. Crime consumado	433
4. Da tentativa	434
4.1. Infrações penais que não admitem tentativa	438
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	440
5.1. Desistência voluntária	442
5.2. Arrependimento eficaz.....	444
6. Arrependimento posterior	445
6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	448
7. Crime impossível.....	451

► *Capítulo VII*

CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES	455
1. Introdução.....	455
2. Conceito	455
3. Requisitos	456
4. Formas de praticar o crime quanto ao sujeito	458
4.1. Autoria (<i>Animus auctoris</i>).....	458
4.2. Autoria mediata	461
4.3. Autoria colateral.....	465

4.4. Multidão delinquente.....	466
4.5. Coautoria.....	467
4.6. Participação (<i>Animus socii</i>).....	468
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	470
4.6.2. Participação negativa.....	471
5. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	471
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	472
7. Punibilidade no concurso de pessoas.....	473
8. Participação de menor importância.....	474
9. Participação dolosamente distinta.....	475
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	476
11. Participação impunível.....	477

Parte 3

TEORIA GERAL DA PENA

► Capítulo I

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....	481
1. Introdução.....	481
2. Finalidades (ou funções) da pena.....	482
2.1. Finalidade da pena no Brasil.....	483
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada.....	484
4. Princípios informadores da pena.....	493
5. Penas proibidas no Brasil.....	500
6. Penas permitidas no Brasil.....	502

► Capítulo II

APLICAÇÃO DA PENA.....	505
1. Introdução.....	506
2. Fixação da pena privativa de liberdade.....	506
3. Primeira fase de aplicação da pena.....	507
3.1. Culpabilidade do agente.....	510
3.2. Antecedentes do agente.....	512
3.3. Conduta social do agente.....	515
3.4. Personalidade do agente.....	516
3.5. Motivos do crime.....	518

3.6.	Circunstâncias do crime.....	519
3.7.	Consequências do crime	519
3.8.	Comportamento da vítima	520
4.	Segunda fase de aplicação da pena	520
4.1.	Das agravantes	522
4.1.1.	Reincidência (art. 61, I)	524
4.1.2.	Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, "a").....	529
4.1.3.	Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, "b")... ..	529
4.1.4.	Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, "c").....	530
4.1.5.	Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, "d").....	530
4.1.6.	Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, "e")	531
4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, "f")	531
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, "g").....	532
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, "h")	533
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, "i")	534
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, "j")	534
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, "l")	534
4.1.13.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62)	535
4.2.	Das atenuantes.....	535
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte)	537
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	538
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II)	539
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, "a").....	539

4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento reparado o dano (art. 65, III, “b”).....	539
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, “c”)	540
4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, “d”)	541
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, “e”)	544
4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	544
5.	Terceira fase de aplicação da pena.....	545
5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	547
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição.....	549
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição	549
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	550
6.1.	Regime fechado	550
6.2.	Regime semiaberto	554
6.3.	Regime aberto.....	555
6.4.	Pena de reclusão.....	556
6.5.	Pena de detenção.....	558
6.6.	Pena de prisão simples.....	558
6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio	559
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher	559
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	564
7.	Penas e medidas alternativas à prisão	565
7.1.	As penas restritivas de direitos.....	566
7.1.1.	Introdução.....	566
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies	567
7.1.3.	Restritivas de direitos: características.....	571
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos.....	572
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)	573
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal.....	574
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo.....	575
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	575
7.1.9.	Penas restritivas de direitos na Lei de Abuso de Autoridade.....	576

7.1.10.	Restritivas de direitos: regras da substituição	577
7.1.11.	Restritivas de direitos: conversão	578
7.2.	A pena de multa.....	580
7.2.1.	Introdução	580
7.2.2.	Aplicação da pena de multa	581
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	583
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	584
7.2.5.	Causas de suspensão e interrupção da prescrição da pena de multa	586
7.2.6.	Cumulação de penas de multa	586
7.2.7.	A multa e a Lei Maria da Penha.....	587
7.2.8.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	587
7.3.	A suspensão condicional da pena (“sursis”).....	587
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica	587
7.3.2.	Sistemas.....	589
7.3.3.	Espécies, requisitos e condições.....	590
7.3.4.	Revogação	594
7.3.5.	Cassação.....	597
7.3.6.	Prorrogação.....	597
7.3.7.	Extinção	597
7.4.	Livramento condicional	599
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica	599
7.4.2.	Requisitos	600
7.4.2.1.	Objetivos	600
7.4.2.2.	Subjetivos.....	604
7.4.3.	Condições	605
7.4.3.1.	Obrigatórias.....	605
7.4.3.2.	Facultativas	606
7.4.4.	Concessão e execução	606
7.4.5.	Revogação	608
7.4.5.1.	Obrigatória.....	608
7.4.5.2.	Facultativa	609

7.4.6. Prorrogação.....	609
7.4.7. Extinção.....	611

► *Capítulo III*

CONCURSO DE CRIMES	613
1. Conceito.....	613
2. Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes	614
3. Concurso material	614
3.1. Condenação a penas de reclusão e detenção	615
3.2. Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	615
3.3. Concurso material e penas restritivas de direitos.....	616
4. Concurso formal.....	616
5. Continuidade delitiva.....	620
5.1. Crime continuado genérico ou comum.....	621
5.2. Crime continuado específico	625
6. Questões complementares	630
6.1. Concurso de crimes e prescrição	630
6.2. Concurso de crimes e suspensão condicional do processo.....	630
6.3. Concurso de crimes e pena de multa.....	630
6.4. Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais	631
6.5. Concurso de crimes, prisão preventiva e fiança.....	631
6.6. Concurso de crimes na execução penal.....	632

► *Capítulo IV*

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	633
1. Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança	633
2. Princípios informadores das medidas de segurança	634
3. Espécies de medida de segurança	635
4. Pressupostos da medida de segurança	636
5. Aplicação das medidas de segurança	637
5.1. Duração da medida de segurança	637
5.2. Perícia médica.....	638
6. Desinternação ou liberação condicional.....	639
7. Reinternação do agente.....	639
8. Conversão da pena em medida de segurança.....	640
9. Internação cível	641

10. Extinção da punibilidade e medida de segurança	642
11. Medida de segurança provisória.....	644

► *Capítulo V*

EFEITOS DA CONDENAÇÃO	645
1. Introdução.....	645
2. Efeitos extrapenais genéricos	645
2.1. Tornar certa a obrigação de indenizar	646
2.2. Confisco dos instrumentos e produtos do crime	646
2.2.1. Confisco em decorrência do tráfico de drogas.....	650
2.2.2. Confisco em decorrência da lavagem de capitais.....	652
2.3. Confisco alargado.....	652
3. Efeitos extrapenais específicos.....	655
3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	656
3.1.1. Efeitos administrativos da condenação	656
3.1.2. Efeitos políticos da condenação.....	657
3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	662
3.3. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	664
4. Efeito da condenação na legislação extravagante	666
4.1. Lei de Tortura	666
4.2. Lei de Organização Criminosa	666
4.3. Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial.....	666
4.4. Lei de Lavagem de Capitais	667
4.5. Lei de Falência	667
4.6. Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal.....	667
4.7. Lei de Abuso de Autoridade.....	667

► *Capítulo VI*

REABILITAÇÃO	671
1. Conceito e Cabimento	671
1.1. Assegurar sigilo das condenações	671
1.2. Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP)	672

2.	Requisitos	673
3.	Revogação.....	674
4.	Competência e recurso.....	674
5.	Reabilitação e pluralidade de condenações	674

► *Capítulo VII*

AÇÃO PENAL	675	
1.	Introdução.....	675
2.	Características do direito de ação.....	675
3.	Condições da ação	676
4.	Classificação da ação penal.....	677
4.1.	Ação penal pública incondicionada	678
4.2.	Ação penal pública condicionada.....	680
4.2.1.	Da representação do ofendido	680
4.2.2.	Da requisição do Ministro da Justiça	683
4.3.	Ação penal de iniciativa privada.....	684
4.3.1.	Ação penal exclusivamente privada	685
4.3.2.	Ação penal privada personalíssima.....	688
4.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública	689
4.3.4.	Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada.....	690
4.4.	Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP)	692
4.5.	Ação penal nos crimes contra a honra	692
4.6.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	694
BIBLIOGRAFIA	699	